



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

### CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

*Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060*

*Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060*

## DISTRITO FEDERAL

### CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Contrato de Prestação de Serviços nº 07/2018 - CGDF, nos termos do Padrão nº 04/2002. Processo nº 480.000.037/2017.

#### Cláusula Primeira - Das Partes

O Distrito Federal, por meio da CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, com sede no Ed. Anexo do Buriti, 13º, Praça do Buriti – Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 08.944.148/0001-96, doravante denominada Contratante, representada neste ato por LUCIO CARLOS DE PINHO FILHO, brasileiro, portador da Carteira de Identidade 1.615.834 SSP/DF, inscrito no CPF sob nº 083.979.817-21, na qualidade de Secretário de Estado Controlador-Geral, com delegação de competência prevista nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal e a empresa **Soluti Comércio de Serviços de Informática Ltda. EPP**, doravante denominada Contratada, com sede no SHCGN CLR QD 706, Bloco A, Loja 50 - CEP 70.740-511, inscrita no CNPJ sob o nº 10.788.469/0001-90, representada por Márcio José Rosa Gomes, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 983.531 SSP-DF e do CPF nº 473.224.971-04, na qualidade de representante.

#### Cláusula Segunda - Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Pregão nº 014/2018 - SCG/SEPLAG/DF, da Proposta da empresa e da Lei nº 8.666, de 21.06.93.

#### Cláusula Terceira - Do Objeto

O Contrato tem por objeto a prestação de serviços de suporte técnico garantia de funcionamento de 2 (dois) *switches* FC *Brocade* DF-6505 incluindo a substituição e fornecimento de peças novas e originais dos equipamentos e seus componentes quando necessário de responsabilidade da Controladoria Geral do DF.

#### Cláusula Quarta - Da Forma e Regime de Execução

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada, segundo o disposto nos Arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

### **Cláusula Quinta - Do Valor**

5.1-O valor total do Contrato é de R\$ 31.245,00 (Trinta e um mil, duzentos e quarenta e cinco Reais), a ser pago em parcelas mensais estimadas de R\$ 2.603,75 (Dois mil seiscentos e três Reais e setenta e cinco Centavos).

5.2 - Será admitido o REAJUSTE do valor do contrato, com base no índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA apurado durante o período, observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, conforme o Decreto nº 37.121/2016.

### **Cláusula Sexta - Da Dotação Orçamentária**

6.1 - A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I - Unidade Orçamentária: 45101

II - Programa de Trabalho: 04126620325570010

III-Natureza da Despesa: 339039

IV - Fonte de Recursos: 100

6.2 - O empenho inicial é de R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais), conforme Nota de Empenho nº 2018NE00184, emitida em 2805/2018, sob o evento nº 400091, na modalidade estimativo.

### **Cláusula Sétima - Do Pagamento**

O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, em parcelas mensais, mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato, das certidões negativas exigidas pela legislação em vigor.

### **Cláusula Oitava - Do Prazo de Vigência**

O contrato terá vigência de 12 (doze e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, permitida a prorrogação na forma da lei vigente.

### **Cláusula Nona - Das Garantias**

A garantia para a execução do Contrato será de 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, de acordo com as condições previstas no edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666/93.

### **Cláusula Décima - Da Responsabilidade do Distrito Federal**

O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

### **Cláusula Décima Primeira - Das Obrigações e Responsabilidades da Contratante**

11.1 - Nomear Equipe de Gestão Contratual, composta por Gestor e Fiscais do contrato (Técnico, Administrativo e Requisitante), com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, conforme o disposto no art. 18, inciso I, alínea "a", da IN SLTI/MP nº 04/2014;

- 11.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;
- 11.3 - Permitir e acompanhar o acesso dos funcionários da Contratada às suas dependências, para execução dos serviços referentes ao objeto do contrato, sempre que necessário;
- 11.4 - Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou ser prejudicial à saúde dos servidores;
- 11.5 - Receber os produtos entregues pela Contratada, que estejam em conformidade com a proposta aceita e com o Termo de Referência, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final da avaliação o Termo de Recebimento Definitivo;
- 11.6 - Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, após o recebimento definitivo dos produtos e serviços entregues;
- 11.7 - Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o serviço objeto da contratação;
- 11.8 - Notificar a Contratada, por escrito, acerca da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e ampla defesa;
- 11.9 - Aplicar à Contratada as sanções administrativas cabíveis, quando necessário.

#### **Cláusula Décima Segunda - Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada**

- 12.1 - A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal, juntamente com anota fiscal, as certidões negativas referentes à Receita Federal do Brasil, à Fazenda Pública Estadual e Municipal, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, ao Tribunal Superior do Trabalho;
- 12.2 - Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço;
- 12.3 - A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes ou aos desvios causados aos bens que lhe forem confiados ou aos seus prepostos, devendo efetuar o ressarcimento correspondente, imediatamente após o recebimento da notificação da Administração, sob pena de glosa de qualquer importância que tenha direito a receber;
- 12.4 - A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.5 - Designar preposto para, durante o período de vigência, representa-lo na execução do contrato. O preposto deverá acompanhar todos os trabalhos realizados para atuar como interface entre a equipe técnica da CGDF e a equipe da Contratada, devendo, ainda, entregar mensalmente à CGDF, relatório técnico contendo as pendências e realizações de atendimentos;
- 12.6 - Fornecer, em qualquer época, as informações e os esclarecimentos técnicos solicitados pela CGDF sobre a execução dos trabalhos;
- 12.7 - Fornecer material, equipamentos, ferramentas, miscelâneas e utensílios necessários à execução das atividades de instalação e configuração, sem ônus de qualquer natureza à CGDF;
- 12.8 - Executar os serviços de acordo com as especificações e com os requisitos de qualidade e segurança recomendados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e legislação pertinentes;
- 12.9 - Entregar a CGDF, mensalmente, um relatório técnico contendo as pendências e realizações de atendimentos;

12.10 - Sanar em tempo hábil todas as irregularidades apontadas pela CGDF;

12.11 - Assumir total responsabilidade pelos atos administrativos e encargos previstos na legislação trabalhista, tais como: controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, promoções, férias, punições, admissões, demissões, transferências, como também pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e comerciais, inclusive a responsabilidade por acidentes, indenizações, seguros e outros correlatos;

12.12 - Comprovar, mês a mês, o efetivo recolhimento dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento dos empregados destinados para a prestação dos serviços;

12.13 - Manter sigilo absoluto sobre todas as informações provenientes dos serviços realizados;

12.14 - Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, por qualquer forma, as obrigações assumidas oriundas do contrato, nem subcontratar, salvo se prévia e expressamente autorizada pela Administração;

12.15 - Conhecer a Política de Segurança da Informação da CGDF e assinar Termo de Confidencialidade, conforme Anexo II do Termo de Referência.

### **Cláusula Décima Terceira - Da Alteração Contratual**

13.1 - Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto;

13.2 - A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

### **Cláusula Décima Quarta - Das Penalidades**

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 26.851/2006, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

### **Cláusula Décima Quinta - Da Rescisão**

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

### **Cláusula Décima Sexta - Da Rescisão Amigável**

O contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no respectivo processo, desde que haja conveniência para a Administração, nos termos do Art.79, II, da Lei nº 8.666/93, mediante manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do contrato (PGDF – Pareceres nº 050/2011, 0757/2008 e 051/2013).

### **Cláusula Décima Sétima - Dos Débitos para com a Fazenda Pública**

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos

em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

#### **Cláusula Décima Oitava - Do Executor**

O Distrito Federal, por meio da Contratante, designará os responsáveis pela execução do Contrato, que desempenharão as atribuições previstas nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

#### **Cláusula Décima Nona - Da Publicação e do Registro**

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, após o que deverá ser providenciado o registro pela Controladoria-Geral do Distrito Federal.

#### **Cláusula Vigésima - Do Cumprimento ao Decreto Distrital nº 34.031/2012**

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, pelo telefone 0800.6449060 (Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012). (Parecer nº 330/2014-PROCAD/PGDF).

#### **Cláusula Vigésima Primeira - Do Foro**

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Termo lavrado digitalmente e, assinado pelas partes.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Jose Rosa Gomes, Usuário Externo**, em 03/07/2018, às 17:32, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIO CARLOS DE PINHO FILHO - Matr.0191681-5, Secretário(a) de Estado Controlador(a)-Geral do Distrito Federal**, em 03/07/2018, às 17:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0verificador=9822693](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=9822693) código CRC= **64F291FA**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti, 6º andar - CEP 70075-900 - DF